REVISTA INTERDISCIPLINAR R I E T EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE

A pesquisa como um "artesanato": a sociologia pelas lentes da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva

Por Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel

DOI: /10.30612/riet.v3i1.17833

Entrevistada: **Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva**

A professora e pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva tem mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris 1, Sorbonne, na França, e graduação em Ciências Sociais pela UNESP (Araraquara), na qual atuou como docente entre 1981 e 1997. Possui pós-doutorado e livre-docência pela UNESP.

Com fôlego e disposição em fazer ciência, nos últimos 40 anos continuou se dedicando à sociologia, especialmente à sociologia rural, contribuindo com vários programas de pós-graduação e ajudando a efetivar uma agenda de pesquisas sobre o meio rural. Desde 2007, é docente no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Tendo recebido prêmios e reconhecimentos por sua atuação, e munida de um olhar detalhista e investigativo, Maria Moraes presenteia a sociologia brasileira com um trabalho denso. Assim, através de uma perspectiva interseccional, aborda questões relacionadas a gênero, raça/etnia e classe social presentes nas sociedades rurais.

Sobre esse aspecto, o acúmulo de discussão que apresenta ajuda o leitor a compreender a importância de suas pesquisas sobre a migração e exploração do trabalho nos canaviais, o trabalho e a presença da mulher no campo e as relações de poder que emanam dessas conjunturas.

Portadora de uma instigante vocação para a ciência, Maria Moraes aporta nessa entrevista toda a sua dedicação às pesquisas realizadas, apontando para a importância do percurso metodológico na execução das atividades investigativas e reafirma o compromisso que a sociologia deve ter com a transformação social. São sobre esses aspectos da sociologia – avanços, conquistas e desafios – que a pesquisadora Maria Moraes nos leva a refletir aqui.

Desejamos uma boa e instigante leitura.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

1 - Haja vista sua longa trajetória de dedicação à Sociologia, como você enxerga as principais contribuições de suas pesquisas para o estudo do meio rural brasileiro?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Mais uma vez, gostaria de agradecer a vocês do curso de Pós-graduação em Educação e Territorialidade da UFGD, a Revista RIET e, particularmente, a você pelo convite e dizer que para mim é uma honra estar aqui com vocês.

Bom, essa pergunta me apresenta o desafio de olhar para trás, de verificar aquilo que foi feito e como foi feito e a intenção de tudo. Então, eu posso te dizer que é um desafio interessante, porque quando você trabalha é claro que você tem um objetivo, você tem uma meta, você tem um plano. Mas não fazemos ideia de como seria o ponto de chegada.

O ponto de partida da minha caminhada se deu na segunda metade dos anos 1970. Portanto, posso dizer que são mais de 40 anos do fazer científico, passando pelo momento da ditadura militar. Acho importante ressaltar que é nesse momento de tamanho acontecimento político, econômico e social do nosso país, que fui para a França estudar. Eu fiz a minha pós-graduação na França, onde pude desenvolver tanto no mestrado, quanto no doutorado, pesquisas vinculadas às questões rurais.

Meu olhar se voltou exatamente para buscar compreender as transformações desse mundo rural na região onde eu vivo, que é a região de Ribeirão Preto. Localidade esta, importante não só para o estado de São Paulo, mas para o Brasil - do ponto de vista da agricultura. Naquele momento, era bastante visível a reestruturação produtiva no setor agrícola, em que os cafezais foram paulatinamente desaparecendo do cenário e automaticamente a cana foi avançando, sobretudo com a presença das grandes usinas. Com isso, houve a expulsão dos trabalhadores residentes desses espaços, como colonos, trabalhadores permanentes, parceiros e pequenos arrendatários, gerando uma profunda transformação na paisagem e nos modos de vida.

Em sua grande maioria, as pessoas foram para as periferias das cidades ou migraram para outras localidades. Enfim, ocorreu uma verdadeira diáspora. Pode-se dizer, então, que esse foi o ponto de partida. E quando eu comecei a trabalhar como professora na UNESP (Araraquara), dei seguimento a essa temática.

Um elemento interessante nesse momento da história do país foi a participação política bastante avultada dos trabalhadores rurais. Então, eu segui essa linha dos movimentos sociais, das lutas, das greves de trabalhadores que reivindicavam direitos mínimos. Como, por exemplo, carteira assinada, aumento de salário e melhores condições de transportes, porque naquele momento os trabalhadores eram transportados em caminhões como gado - o que ocasionava muitos acidentes nos percursos, inclusive mortes.

Outro fato de destaque naquele período foi a chamada greve de Guariba, movimento de Guariba. Esse movimento se estendeu a outras cidades do estado de São Paulo, inclusive a ou-

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

tros estados, então foi um movimento de trabalhadores assalariados, principalmente cortadores de cana, que gerou uma visibilidade social e política significativa.

No bojo desse processo, além de acompanhar o desenrolar desses eventos, consegui entrar em contato com os membros da pastoral dos migrantes e, também, com os membros da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Refletindo hoje, posso afirmar que foi um encontro muito feliz porque eu tive a oportunidade de seguir a caminhada desses agentes sociais e políticos e estabelecer um vínculo importante entre eles, no sentido de contribuir para a conquista dos direitos dos trabalhadores. Tudo isso foi marcando a minha trajetória e, no começo, eu não imaginava que fosse acontecer dessa forma.

Eu fui seguindo a trilha dos (as) trabalhadores (as), e nesse caminhar pude acompanhar a luta pela terra e a criação de vários assentamentos rurais aqui na região. Assim, foram essas experiências que me levaram a ter um olhar bastante direcionado aos (as) trabalhadores (as) migrantes.

Essa preocupação de buscar compreender o outro na sua completude, motivações e trajetórias, me fez enxergar o (a) trabalhador (a) para além do ponto de vista da classe social. Eu precisava entender como ela/ele se constituía e, para isso, me lancei em fazer pesquisa de campo. Nunca fui uma pesquisadora de ficar lá no gabinete, na universidade. Sempre achei importante ir a campo, ouvir, observar, viver. Então, acredito que me constitui uma socióloga que colocou o pé na terra. Dessa forma, buscava entrevistar os (as) trabalhadores (as) nos locais de moradia, nos barracões, nos alojamentos, nas cidades de dormitórios e nos próprios locais de trabalho. Foi assim que passei a realmente perceber uma primeira divisão entre quem eram os (as) trabalhadores (as) chamados (as) locais, e aqueles (as) que eram chamados (as) de fora.

Os (as) de fora, eram os (as) migrantes, e são os (as) que sofriam discriminação no estado de São Paulo. São pessoas que vinham dos estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais e eram consideradas (as) aquelas que chegavam para ocupar o emprego dos (as) trabalhadores (as) locais. Um outro aspecto dessa situação é que havia discriminação não somente das pessoas da cidade, como também dos próprios sindicalistas – que se empenhavam em lutar pelos direitos dos (as) trabalhadores (as), mas não pelos migrantes. É por isso que ressalto a importância da Pastoral dos Migrantes, visto conseguir preencher esse vácuo que não era ocupado pelos sindicatos.

Ainda com relação a essa categorização dos (as) trabalhadores (as) entre migrantes e locais, fui percebendo que apenas os capitalistas lucravam com isso, haja vista que essa situação fomentava uma desunião política entre eles. Isso é um ponto. O segundo ponto é que, diante desses acontecimentos, tive a curiosidade investigativa de conhecer os locais de origem desses (as) trabalhadores (as), de ir até seus locais de origem, que dentre eles (as) chamavam de “terra/lugar da gente”.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Então você vai percebendo que eu fui seguindo essas trilhas, entende? E o interessante é que no decorrer das pesquisas, essas trilhas eles (as) próprios (as) me apontavam. Foi dessa forma que me desloquei para o Vale do Jequitinhonha, em uma pesquisa marcante, porque despertou em mim também uma outra curiosidade investigativa que foi a questão de gênero, que até então eu não enxergava muito. Inicialmente eu enxergava apenas a categoria classe social.

Essa é a trilha de que eu falei, e são essas nuances que vão se relevando na pesquisa, conduzindo-a para onde deve ir. De repente eu percebo que classe não é homogêneo, tem aí uma divisão, uma perspectiva de gênero. Há os trabalhadores locais e os trabalhadores migrantes, mas há também outra divisão, que é a presença das mulheres.

É nesse contexto que começo a me interessar pela questão de gênero, e não somente em relação ao trabalho das mulheres na região de Ribeirão Preto - SP, como em relação ao trabalho das mulheres nos seus locais de origem. Dessa forma, fui percebendo que esse sistema de exploração era um sistema de exploração para além da classe. Havia aí o sistema de exploração do patriarcado.

Outro recorte que consegui enxergar nas minhas análises foi a existência do sistema racial. Com o tempo fui percebendo que o fato de esses (as) trabalhadores (as) não serem brancos (as), era um ponto bastante importante para que os capitalistas pudessem cada vez mais desvalorizar e desqualificar o valor da força de trabalho dessas pessoas. Foram essas questões que me levaram ao estado de Maranhão. Queria ir a fundo na problemática.

Em 2007, já no Maranhão, pude conhecer os quilombolas, pude conhecer as quebradeiras de coco de babaçu. Também passei a conhecer de perto o trabalho da Pastoral dos Migrantes e o trabalho da CPT lá. Enfim, a realização dessa pesquisa me possibilitou um aprendizado muito grande.

De forma conjunta, a pesquisa sempre caminhou junto com a docência no meu fazer ciência. A própria docência na pós-graduação também me ensinou muito porque foi uma forma de aprendizado não somente com novas teorias, leituras e reflexões, mas também com os próprios colegas no curso de pós-graduação, principalmente aqui na UFSCar. E a partir do momento que eu comecei a enxergar essa nova categoria de análise que vai ser a raça, eu me debrucei sobre as leituras dos estudos decoloniais.

Portanto, hoje me encontro nesse ponto de estabelecer ligações entre aquilo que eu enxergo e o que analiso no campo, em termos da exploração da força de trabalho, do sistema de dominação imposto e com a presença de uma forte colonialidade. Nas minhas ponderações teóricas, compreendo que o conceito de colonialidade é uma ferramenta importante que nos permite enxergar a realidade a partir desses diferentes componentes.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Tendo em vista que no meu período de formação, tanto na graduação como na pós-graduação na França, assim como no período em que fiquei em Araraquara como professora, eu trabalhei muito com Marx, hoje consigo fazer uma reflexão que me permita enxergar esse autor através de uma outra ótica. E essa ótica é a dos debates que levam em consideração a perspectiva dos estudos decoloniais. Assim, busco revisitá-lo com novas perspectivas em mente, a partir de textos que foram encontrados no período mais recente.

Esses textos, escritos no formato de rascunhos pelo próprio Marx, têm sido encontrados principalmente na Alemanha, e aos poucos estão sendo traduzidos para o inglês, espanhol e português. São textos interessantes na medida em que Marx trata de questões pertinentes a respeito da ideia de comunidade. É isso.

2 – A forma como você descreve suas pesquisas, e o empenho em realizá-las, revela a importância e contribuição que deram para o campo da sociologia...

Maria Aparecida de Moraes Silva: Então, quando você me pergunta sobre a contribuição das pesquisas que realizei, eu tenho a impressão de que a minha contribuição é essa, de buscar esses vários eixos dispersos no mundo social a fim de revelar em profundidade essa realidade concreta vivenciada pelas pessoas. Dito de outra forma, é como se a sociologia possibilitasse que as pessoas saiam “das gavetas” para “conhecerem todo o armário”.

É por isso que acho relevante debater as implicações da colonialidade na estruturação de nossa sociedade, pois só assim conseguiremos ampliar o entendimento para a permanência da situação de colonialidade vivenciada por aqui. Como é que eu posso entender e interpretar as mortes por exaustão no trabalho rural aqui no Brasil? Não é só dizer: “Olha, morreram cinco trabalhadores”! A gente sabe que esse número está subnotificado. E aqueles que foram descartados por conta do trabalho, aqueles que não recebem aposentadoria. O que aconteceu em relação a esses trabalhadores a partir da reforma trabalhista, da reforma da previdência, e assim por diante? Então são vidas sem as quais a sociedade não resistiria porque são essas, essas mãos que produzem os alimentos que essa sociedade consome. Esse é o ponto.

3 – Achei pertinente você mostrar como a questão de gênero se revelou um marcador estruturante na forma como os trabalhadores se classificavam. Mas não somente gênero, o fator da classe e racial também é visto como relevante na sua pesquisa. Ou seja, sua abordagem evidencia a importância de se analisar um problema sociológico por meio das multicausalidades. Qual é a importância de uma abordagem interseccional nas pesquisas?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Eu acho que a importância é muito grande porque muitas vezes a sociologia, principalmente para os (as) estudantes de graduação, é algo que se revela aos poucos, algo novo. A pergunta que se fazem constantemente é: “O que é a sociologia?” “Para que serve a sociologia?”

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

E quando nós, docentes, lecionamos, muitas vezes ficamos presos aos ensinamentos dos clássicos. Na minha leitura, ainda que seja importante para o docente iniciar os graduandos de sociologia nos clássicos, acredito que também devemos proporcionar aos estudantes uma vinculação com os debates atuais. Principalmente com a realidade Brasileira.

Então, a ideia dos clássicos é possibilitar que os discentes consigam fazer uma conexão com o hoje, uma releitura do mundo em que vivem. Na medida em que se consegue fazer essa conexão, automaticamente você fará um diálogo crítico com a própria teoria. Esse é o ponto mais importante de tudo. Então como é que nós podemos transformar esse mundo? Eu acho que esse é o fundamento da sociologia. Ela tem que ser crítica e forjar um pensamento que permita uma reflexão de forma que abarque a totalidade dos fenômenos sociais.

4 – No começo dessa entrevista ficou evidenciado como as mulheres trabalhadoras rurais migrantes estavam muito mais expostas aos mecanismos de exploração do que os homens. Você ainda percebe que a mulher é mais vulnerável?

Maria Aparecida de Moraes Silva: acredito que há uma continuidade dessas relações de exploração e dominação. Até mesmo se eu tomo por exemplo o caso do estado de São Paulo, com a presença da agricultura mecanizada e tecnológica, a chamada agricultora 4.0, que é essa agricultura de ponta que absorve não somente uma tecnologia de máquinas extremamente desenvolvidas, como também incorpora tecnologia da informação e pesquisas advindas da agronomia, genética e da engenharia.

Em um primeiro olhar, seria muito fácil afirmar que não há mais migrantes aqui ou que não há mais o trabalho degradante. É verdade que o que se vê agora são as máquinas e/ou que a paisagem laboral pode ter sido modificada. Contudo, a pergunta que fica é: “o trabalho não existe mais, o trabalho desapareceu?” Ele pode ter mudado, mas ainda permanece, e a mulher é a que mais sofre. Por exemplo, atualmente as mulheres são as principais responsáveis pela distribuição de veneno nas plantações. É um trabalho degradante que elas fazem ainda.

Outra atividade que realizam: bituqueiras. As mulheres são responsáveis por recolher os restos de cana-de-açúcar que as máquinas deixam cair. Outra atividade: recolher pedras no meio do canavial antes da entrada das máquinas. Pode ser considerada uma das atividades mais degradantes. Também é um trabalho realizado pelas mulheres.

Para os ficais dessas empresas, as mulheres são contratadas majoritariamente porque são mais cuidadosas. Então elas limpam o canavial, elas cuidam do canavial, elas cuidam das plantas. Já os homens, ficam com outras funções. Então, você observa também que essa situação das mulheres que recolhem as pedras não aparece em lugar nenhum. Aí está a importância da nossa pesquisa, a importância de estarmos vigilantes.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

O trabalho das mulheres nos canaviais é degradante porque ela é duplamente explorada. Ela faz o trabalho que deveria ser das máquinas e ainda otimiza o tempo da produção. Isso porque, para cortar a cana, as máquinas possuem facas próprias para isso que conseguem cortar bem próximo ao chão a fim de se aproveitar a maior quantidade de sacarose que existe ali. Assim, há um ajuste dessas máquinas para que consigam cortar a cana exatamente na raiz. Por isso não pode haver pedras no terreno, visto que podem danificar e quebrar as máquinas.

Ao encontrar uma pedra, o operador precisa parar a máquina, descer e trocar o que foi danificado. Fazer isso implica não somente em gasto para trocar aquela peça que foi danificada, como também o tempo de trabalho.

Então você percebe que colocar ali as mulheres para recolher as pedras antes da máquina é importantíssimo. Não é uma mera atividade, esse é o ponto importante.

Por isso, o olhar de gênero no processo de trabalho é relevante, pois descontrói os discursos superficiais, como se o trabalhador fosse desprovido de múltiplos marcadores. Então, acredito que o mais importante é você observar esses aspectos subjetivos que muitas vezes as pesquisas na sua grande maioria não olham. Portanto, quando você pensa na essência humana esses elementos subjetivos você consegue enxergar além da exploração propriamente dita, ou da dominação. Porque exploração e dominação caminham juntas.

Quer dizer, você não pode explorar a força de trabalho se você não tem o sistema de dominação.

5 – Com relação aos recursos metodológicos, se percebe que nos seus trabalhos há o uso da história oral e dos recursos imagéticos como ferramentas de pesquisa, além de uma escrita mais poética que busca expressar as motivações das ações dos entrevistados. Qual é a importância dessa abordagem para você?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Eu acho essa sua observação importante. Porque muitas vezes eu vejo a sociologia como uma ciência muito pura, entende? E é uma ciência humana, uma Ciência Social, mas muitas vezes se apresenta como uma ciência dura, como são as exatas: matemática, física e assim por diante.

Então, essa forma mais poética talvez não seja intencional, quer dizer, não faço isso intencionalmente. Pensando nisso agora, acredito que o uso de uma linguagem em um formato mais poético seja porque eu procuro, talvez no meu subconsciente, suavizar a vida daquelas pessoas, que é uma vida em que a realidade se apresenta com muito sofrimento.

Portanto, acredito que a forma poética é uma possibilidade de mostrar outros olhares sobre um problema e, ao mesmo tempo, sublimar. Digo isso, porque quando escrevo sempre estou me lembrando das pessoas, das mulheres, das crianças e dos homens que compartilham comigo

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

suas histórias de vida. A partir desses relatos, dessas memórias, vou delimitando as estratégias de pesquisa e dando corpo às narrativas.

Tomemos como exemplo a pesquisa que fiz no Maranhão com a utilização da técnica do desenho com as crianças. A ideia surgiu porque quando eu estava lá percebi que havia poucos homens. Eu só via as mulheres com as crianças - trabalhando quebrando coco com as crianças. Ao ver aquilo, eu perguntei: “Onde está o seu pai”? “Onde está o seu tio”? “Seu marido”? Como resposta, ouvia: “foi para São Paulo”, “Ribeirão”?

Essa situação despertou o interesse em se compreender as percepções que tinham sobre a migração laboral que ocorria entre eles. Assim, perguntei para as crianças se elas conheciam Ribeirão, ao que respondiam que não. Depois, percebi que nomeavam que os parentes estavam em Ribeirão porque os primeiros trabalhadores foram para lá nos anos 1990. No decorrer da coleta de dados ficou evidente que eles passaram a se dirigir a outros locais do país, mas ficou generalizado por lá como se tudo fosse Ribeirão. Ficou no imaginário deles.

Em seguida, perguntei se já tinham visto a cana-de-açúcar e, para minha surpresa, responderam que não - pelo menos, até aquele momento, não havia cana por lá. O que havia era o babaçu. Aí eu tive a ideia de pedir às crianças que fizessem um desenho, representando de um lado a casa onde elas viviam e, do outro lado da folha, desenhassem Ribeirão Preto. Após essas instruções, distribui às crianças que estavam na escola folha de papel sulfite com uma caixinha de lápis de cor. O resultado foi impressionante.

Nas imagens, o lado da folha referente a casa era representado por uma casinha cheia de florzinha de vasinhos, pintados de cores bem vivas. Do outro lado, a cidade de Ribeirão era pintada com o lápis preto, com muitos riscos que simbolizavam os pés de cana, mas que na verdade se assemelhavam ao milho porque era o milho que eles conheciam. Ao final dos desenhos, foi requisitado que as crianças fizessem uma leitura do desenho, descrevendo as pessoas que desenhou como o pai, primos, tias, avós e assim por diante, e o que foram fazer em Ribeirão Preto.

Nisso tudo, ficou notória a ausência de flores e de cores em Ribeirão. Também não havia sol. Às vezes, aparecia um desenho de uma casinha, e quando eu perguntava sobre isso, afirmavam ser o barraco que o pai ou outro parente morava lá em Ribeirão. Outra coisa que apareceu foi o tamanho das imagens, entende? Quer dizer, de um lado eram imagens grandes e de outro lado eram imagens muito pequenas, embora a folha fosse do mesmo tamanho. Então quer dizer, isso permitiu muita análise, muita representação para se perceber a questão dos sentimentos. E aí eu acho que concluo a resposta à sua pergunta, quer dizer, essa poética é na verdade o resultado de uma análise que pretende chegar aos sentimentos dessas pessoas. A ideia é não as ver somente como força de trabalho, ou como objetos de exploração.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

6 – Então, nesse caso, percebo que a história oral é uma metodologia que permite ao pesquisador acessar de forma mais natural as subjetividades dos entrevistados. É isso?

Maria Aparecida de Moraes Silva: É por aí, sim. Quando se faz uma entrevista, deve-se evitar ficar preso ao roteiro que se estabeleceu, e criar um ambiente que permita a pessoa falar – inclusive sobre outros assuntos. Porque muitas vezes você encontra situações em que o entrevistado quer falar sobre o que lhe interessa, também.

Algumas vezes o entrevistado vai puxar assuntos sobre alguns aspectos de sua vida que nada dizem respeito aos interesses do pesquisador naquele momento. Muitas vezes o (a) pesquisador (a) deixa isso de lado, despreza. Por isso, acredito ser importante permitir o entrevistado falar, se expressar.

Lembrei de uma situação agora. Quando eu fiz a pesquisa no vale do Jequitinhonha (MG), estava andando por um povoado e havia um boteco nas proximidades com um cartaz grande escrito da seguinte forma: “fulano de tal me deve tanto e até agora não me pagou”. Bom, eu achei estranhíssimo aquilo, porque era uma acusação complicada, certo? E sem contar que era um povoado pequeno em que as pessoas se conheciam. Mas andando pelo povoado e entrevistando as pessoas eu acabei chegando por acaso à casa do sujeito cujo nome estava lá naquele cartaz.

Conversando com ele, vi que era um rapaz casado com uma moça muito jovem e que tinham uma criancinha pequena que estava engatinhando. Eu me lembro dessa cena e ela ficou marcada na minha memória. Ele era um trabalhador da construção civil em São Paulo, na cidade de São Paulo, e tinha voltado para Minas Grais porque houve um acidente no trabalho dele muito grave em que um dos seus colegas morreu. Então ele ficou muito desesperado e acabou não terminando o tempo de contrato de trabalho e voltou para o local onde estava a família.

Evidentemente, por causa disso, ele estava com pouco dinheiro e não podia pagar a dívida que sua mulher contraiu, porque durante esse tempo que ele ficou fora ela foi comprando fiado, sem pagar. Eu fiquei impactada com aquela cena, com a situação da família, da criança, e acabei ajudando naquele momento.

Tinha uma aluna comigo, que já era professora e estava pós-graduação, e ela ficou desesperada quando saímos de lá, pensando que agora boa parte do povoado poderia vir atrás da gente pedindo dinheiro etc. Ou mesmo que fazer isso contraria todas as nossas normas de pesquisa, os significados de ser pesquisadora, a postura de pesquisadora. Então, eu falei: “olha, fizemos um gesto de solidariedade, simplesmente. Eu esqueci que sou uma pesquisadora, e fiz isso como uma pessoa que teve ali um gesto de solidariedade”.

O que essa história revela? Que são questões assim que precisam ser dialogadas na formação de nossos estudantes. É claro que você tem de ter a postura de pesquisadora, certo? Você tem que ter essa postura, contudo não se pode negar enquanto pessoa, enquanto gente, entende?

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Essa questão do sentimento, eu tenho a impressão de que é fundamental nas nossas vidas. Porque elas mudam a forma, o jeito de fazer pesquisa. E muda a nós mesmos. Porque tenho a impressão de que eu posso ter deixado uma contribuição à sociologia, aos trabalhadores rurais e assim por diante. Mas, também, recebi uma contribuição muito grande, porque a convivência e a proximidade com essas pessoas, com as vidas delas, com as trajetórias delas, me possibilitou muita transformação, sobretudo das minhas emoções.

Evidentemente, continuo mantendo a minha individualidade, subjetividade, o que não quer dizer que eu não possa ter uma empatia e uma aproximação com essas vidas. Ademais, esses passos são importantes para que o (a) pesquisador (a) consiga ouvir o outro e, também, para que o outro tenha confiança de contar suas histórias. É uma relação de confiança.

7 – Professora, encaminhando para o fim, teria mais duas questões antes de finalizar.

Ao narrar, em suas obras, durante a década de 1990, o processo de expropriação desse campesinato em Minas Gerais e no Nordeste brasileiro que conduziu sua força laboral para uma migração social em massa para outras regiões do país – principalmente para São Paulo – a fim de trabalhar nos canaviais e em outros processos agrícolas, fica evidente que foi um movimento característico de um momento histórico do país. Então, eu lhe pergunto, como você avalia essa agenda de questões atualmente? Pesquisar a proletarização, migração e expropriação ainda são categorias válidas no cenário atual? Como você enxerga isso, visto ter sido um tema que marcou a década de 1990?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Sim, sem dúvida! Eu tenho a impressão de que elas estão aí, mesmo que você tenha a mudança daquilo que eu denomino de mudança da cartografia migratória, certo?

Veja bem, no caso dos trabalhadores do Maranhão, eles passaram a vir principalmente a partir de meados da década de 1990, enquanto os trabalhadores dos demais estados do Nordeste e de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) estavam aqui (SP) desde os anos 1950-1960, em diante. Então, houve uma certa mudança. Essa mudança foi ocasionada pelos acontecimentos históricos da região. No caso do Maranhão, por exemplo, esse processo de expropriação do campesinato foi mais tardio do que nos outros estados do Nordeste.

Portanto, ainda que tenha ocorrido uma diminuição muito grande de migrantes para São Paulo, isso não estou negando pois os dados estão aí, esse trabalho não desapareceu. O trabalho manual está aí, a presença dele está aí.

Tomemos por exemplo a colheita da laranja. É uma colheita feita por trabalhadores que vêm do Piauí, homens e mulheres que vêm do Piauí. É assim com outros produtos agrícolas em São Paulo. Você tem a cebola, você tem a manga, o tomate, a goiaba, você tem vários outros produtos onde se requer força de trabalho, uma força de trabalho móvel.

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

Então, ou essa força de trabalho advém dessas cidades, que nós chamamos aqui as cidades canavieiras, ou vêm de outros estados do país. Então, não significa que ela desapareceu, mas sim que diminuiu, sem dúvida alguma.

Agora, por outro lado, nas minhas análises percebo que houve uma verdadeira diáspora, entende? Porque você tem vários outros locais para onde muitos desses trabalhadores se dirigem. Como por exemplo, se você leva em conta os índices de mecanização de colheita da cana, tanto em Mato Grosso do Sul quanto em Goiás, por exemplo são índices inferiores ao de São Paulo. Essa mão de obra migrante vai se dispersando por esses espaços, em outros territórios, à procura do emprego. São regiões que estão absorvendo uma quantidade de mão de obra muito grande.

No caso das áreas de desmatamento na própria região norte, também há trabalhadores migrantes lá. No Sul do país também, temos os que vêm para trabalhar na colheita da maçã, na colheita da pera. Não só os migrantes Nordestinos e do Vale de Jequitinhonha, mas sobretudo dos indígenas que se dirigem para a colheita da maçã.

Em todas essas situações temos a expropriação, a mobilidade da força de trabalho. A mobilidade é permanente. Por isso a denomino como “migração permanente temporária”. Ou seja, a migração é permanente, mas o trabalho é temporário. O que faz com que muitas vezes se desloquem de uma atividade a outra permanentemente. Assim, de forma alguma há o desaparecimento dessas categorias, mas sim a reconfiguração desse mercado laboral.

8 – Para finalizar, gostaríamos de saber sobre os seus projetos futuros, o que tem pensado em fazer daqui para frente, e o que você gostaria de ressaltar nessa entrevista. Poderia compartilhar conosco?

Maria Aparecida de Moraes Silva: Sim, é uma satisfação para mim. Falando em futuro, eu só vou colocar para você algo que talvez lhe interesse, que é o projeto que finalizei agora que é a construção de um *repositório digital contendo a memória de trabalhadores rurais*. Disponível no domínio: https://www.vozesememorias.com.br/

Durante minha trajetória de pesquisadora acumulei um acervo enorme de entrevistas. São mais de mil horas de entrevista com trabalhadores e trabalhadoras rurais, porque foram muitas pesquisas realizadas - uma em seguida da outra, em mais de 30 anos.

O interessante de se ter revisitado essas pesquisas, foi perceber que foram guardadas e armazenadas de acordo com a tecnologia do momento. Então, por exemplo, quando eu fiz a minha pós-graduação eu não tinha nem gravador, eu anotava tudo, e era muito rápida para anotar. Tudo foi feito em caderno de anotação.

Depois, eu comecei a fazer entrevistas com as fitas cassetes. Fiz muitas entrevistas com esse material, e fui guardando todos os relatos coletados. E, há três anos, chegou o momento em

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil

que eu comecei a me perguntar “o que eu vou fazer com todo esse material”? Um material que já estava todo transcrito e digitalizado? Vou jogar fora?

Então eu comecei a ler sobre os museus. O Museu da Memória, o Museu da Pessoa que tem aqui em São Paulo e que é muito interessante por conter a história de vida e as trajetórias de pessoas que viveram em São Paulo nas décadas de 1930-1940, e que trabalharam naquelas fábricas, como dos Matarazzo. Nesse museu, a pessoa vai lá como operário e deixa o seu depoimento. Mas é tudo transcrito. E eu não queria isso...

Eu queria deixar as vozes das pessoas registradas. E comecei a procurar esse pessoal da comunicação para ver se era possível isso, é aí um fala que sim, o outro fala que não. Não pode, não pode, não pode. Moral da história: fiz um projeto para construção desse repositório digital.

Com a colaboração da Dra. Tainá Reis, todo o trabalho de digitalização e edição foi realizado. Foram necessários muitos ajustes, principalmente relacionados ao som. Fiquei muito feliz com o resultado, pois cheguei à conclusão de que esse material não é meu, entendeu? Não é minha propriedade privada. E tudo isso já está disponibilizado publicamente.

Bom, então talvez com tudo isso eu tenha respondido a sua pergunta, certo? A minha contribuição vai ser essa. Quer dizer, são as pessoas falando. Não é o sindicalista que vai dizer que está tudo resolvido, que aquilo não tem ninguém, mas são as pessoas que vieram para São Paulo, que trabalharam, que sofreram e que deixaram aqui o suor, o seu suor ou então o seu sangue, que quando chega de volta ao vale do Jequitinhonha, fala: “quando eu chego aqui na minha terra, eu estou com os nervos esgotados porque tudo, o meu sangue ficou em São Paulo”.

Eu quero que as pessoas ouçam isso. São vozes que devem ser ouvidas por todos. Então, são as vozes que vão ficar. São discursos verdadeiros, de pessoas de verdade. Não são falaciosos nem muito menos fake News. Essa é a minha contribuição. Acredito que essa é uma grande contribuição para a transformação social. É um pontinho, mas para mim é grande.

Digo isso, porque a memória é a memória subterrânea, aquela memória que incomoda. Então não adianta você colocar maravilhas do lado do negócio Paulista, porque não foi assim que as coisas aconteceram.

Por fim, acredito que essa é a função da sociologia, é uma ciência que tem de ser crítica e que preza pela transformação social, principalmente se é uma sociologia produzida em um país como o nosso. Obrigada pela parceria e entrevista.

Entrevistadora: Nós que agradecemos, professora. Gratidão!

RIET– ISSN 2676-0355, Dourados, v. 3, n. 1, p. 239 a 250 jan./jun., 2023.

Este obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 3.0 Brasil